

BÁRBARA GABRIELA MORAES DE ALENCAR

**O ECOTURISMO EM RPPNS COMO ALTERNATIVA PARA
UMA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS**

- O caso da RPPN Catedral do Jalapão -

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Bacharelado de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Erick Omena

Rio de Janeiro
2023

CIP - Catalogação na Publicação

M827e Moraes de Alencar, Bárbara Gabriela
O ecoturismo em RPPNs como alternativa para uma
gestão e desenvolvimento sustentáveis / Bárbara
Gabriela Moraes de Alencar. -- Rio de Janeiro, 2023.
36 f.

Orientador: Erick Omena.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2023.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Ecoturismo.
3. Unidade de Conservação. 4. RPPN. 5. Reserva
Particular do Particular do Patrimônio Natural. I.
Omena, Erick, orient. II. Título.

BÁRBARA GABRIELA MORAES DE ALENCAR

O ECOTURISMO EM RPPNS COMO ALTERNATIVA PARA UMA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS

- O caso da RPPN Catedral do Jalapão –

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Bacharelado de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Aprovada em: 15 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Gisele Silva Pereira

Centro de Ciências Sócio-Organizacionais - UFPel

Prof. Dr. Gustavo Antonio das Neves Bezerra

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

RESUMO

A prática do turismo nas Unidades de Conservação (UCs) vem registrando um grande crescimento a cada ano, com as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) desempenhando um papel cada vez mais relevante nesta tendência. Tal fato tem indicado um empenho maior da iniciativa privada na preservação e exploração consciente da biodiversidade, através do tipo de turismo compatível com este intuito.

Neste âmbito, o ecoturismo, ligado a utilização de Unidades de Conservação privadas, vem se desenvolvendo cada vez mais no estado do Tocantins, em especial na área conhecida como “Jalapão”. Isto é resultado da expansão de novos mercados através da diversificação de oferta de produtos turísticos, ocasionada pelo crescente interesse do turista nos atrativos naturais do local.

Tendo em vista tais tendências, a presente pesquisa busca verificar a viabilidade do ecoturismo em RPPNs como uma possibilidade de gestão eficiente para a preservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, o trabalho está baseado em um estudo de caso da RPPN Catedral do Jalapão e na análise de dados primários e secundários relacionados a este objeto, que foram coletados a partir de uma visita de campo realizada no local, que gerou uma conversa informal com o proprietário do local, registros fotográficos, além de entrevistas online realizadas com visitantes.

Como resultado, foi possível concluir que a RPPN Catedral do Jalapão atua visando sempre desempenhar seu papel socioambiental, se posicionando como um modelo de boas práticas associadas ao ecoturismo e sustentabilidade, considerando os fatores sociais, ambientais e econômicos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável; ecoturismo; unidade de conservação; RPPN; reserva particular do patrimônio natural; Jalapão.

ABSTRACT

The practice of tourism in Conservation Units (UCs) has been growing every year, with Private Natural Heritage Reserves (RPPNs) playing an increasingly relevant role in this trend. This fact has indicated a greater effort by the private sector in the preservation and conscious exploitation of biodiversity, through the type of tourism compatible with this purpose.

In this context, ecotourism, linked to the use of private Conservation Units, has been developing more and more in the state of Tocantins, especially in the area known as “Jalapão”. This is a result of the expansion of new markets through the diversification of the offer of tourist products, caused by the growing tourist interest in the natural attractions of the place.

In view of such trends, this research seeks to verify the feasibility of ecotourism in RPPNs as a possibility of efficient management for environmental preservation and promotion of sustainable development. Therefore, the work is based on a case study of the RPPN Catedral do Jalapão and on the analysis of primary and secondary data related to this object, which were collected from a field visit carried out at the site, which generated an informal conversation with the owner of the site, photographic records, in addition to online interviews conducted with visitors.

As a result, it was possible to conclude that RPPN Catedral do Jalapão always aims to play its socio-environmental role, positioning itself as a model of good practices associated with ecotourism and sustainability, considering social, environmental and economic factors.

Key words: Sustainable development; ecotourism; conservation unit; RPPN; private reserve of natural heritage; Jalapão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 METODOLOGIA.....	9
3 CONCEITOS DE ECOTURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	10
4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS.....	15
5 A GESTÃO DO ECOTURISMO NA RPPN CATEDRAL DO JALAPÃO A PARTIR DO PONTO DE VISTA DO PROPRIETÁRIO DA RPPN.....	18
6 A AVALIAÇÃO DA RPPN E DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO PONTO DE VISTA DO VISITANTE.....	23
7 IMPACTO DA CRIAÇÃO DE UMA RPPN E O DESENVOLVIMENTO DE ECOTURISMO PARA ECOSSISTEMA LOCAL.....	26
8 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

O Jalapão é um local com baixo nível de desenvolvimento, possuindo apenas alguns povoados. Devido à grande dificuldade de acesso à região, a maioria dos itens comercializados apresentam preços bastante elevados e quantidade limitada. Nos atrativos turísticos locais, falta informação, estrutura física para receber visitantes, trabalhadores e conseqüentemente, atendimento adequado. Da mesma forma, não há conhecimento e nem o cuidado das comunidades locais com a preservação do meio ambiente, e a cada ano, a região bate seu recorde anual de visitantes (PARQUE..., 2022).

As dificuldades descritas se tornaram uma das grandes motivações para realização deste estudo, que possui o intuito de estudar as possibilidades de uma relação direta entre a ecologia e o turismo, onde

[...] o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não sejam a causa da sua degradação. [...] (RUCHMANN, 1997, p.27).

Os atrativos naturais do Brasil estão localizados, principalmente, em Unidades de Conservação, que devido às tendências turísticas atuais e conseqüente interesse crescente dos viajantes, têm gerado demanda cada vez maior, criando um novo desafio para os administradores, que é equilibrar as ações turísticas predatórias sem deixar de respeitar os princípios da criação das reservas, que são baseados na preservação ambiental (CEGANA; TAKAHASHI, 2005).

Atualmente, o turismo é considerado uma atividade econômica muito relevante e, se bem planejado e aplicado, é capaz de promover, através do ecoturismo, o desenvolvimento sustentável de áreas isoladas, que possuem grande relevância ambiental e muitos atrativos de grande interesse turístico.

O ecoturismo pode ser desenvolvido em inúmeros ambientes, inclusive nas denominadas Unidades de Conservação (UCs). O ecoturismo surgiu na década de 1980, representando uma modalidade de turismo que possui como principal objetivo a integração dos princípios da sustentabilidade, que são ecológico, econômico e sociocultural, bem como o caráter educativo da experiência, visando o conhecimento e a disseminação do mesmo. Nesta modalidade, o turista é sensibilizado pelo meio ambiente à sua volta e engajado com a comunidade local no processo de decisão sobre o desenvolvimento turístico, desde a origem do processo até o desenvolvimento

da atividade a longo prazo.

Entretanto, mesmo abrigando um enorme patrimônio natural e cultural, as Unidades de Conservação recebem atenção mínima dos governos, tanto no que diz respeito ao seu planejamento ambiental quanto no que diz respeito ao ecoturismo, com infraestrutura quase inexistente e escassez de recursos financeiros e humanos, na sua grande maioria. Tais dificuldades relacionadas à criação das Unidades de Conservação situadas em áreas públicas vêm gerando grande oportunidade para implementação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), uma categoria de Unidades de Conservação que regulariza a iniciativa voluntária do proprietário privado de contribuir para a preservação do ecossistema local. (FONSECA, 2018).

Nesses ambientes, a ação turística consiste em uma das utilizações públicas descritas na legislação, traduzindo-se no ecoturismo, que é entendido como a modalidade que possui a melhor prática para possibilitar a integração da atividade turística com o objetivo, que é a preservação do ambiente.

Considerando a ausência do Estado nesses locais, as RPPNs possuem potencial para fomentar o turismo que prioriza a preservação ambiental, isto é, o ecoturismo. Dessa forma, a RPPN pode ter o objetivo de minimizar o impacto da atividade exploratória para a biodiversidade local, ao mesmo tempo em que gera desenvolvimento e qualidade de vida para as comunidades locais, que padecem sem a presença do Estado ou de qualquer amparo social, principalmente pela dificuldade de acesso.

Assim como Pires e Silva, vários pesquisadores e estudantes ressaltam a ausência de pesquisas especializadas sobre o tema. Por isso, o presente estudo visa contribuir para que haja uma melhor compreensão do ecoturismo praticado nas RPPNs, expandindo o conhecimento sobre essas reservas privadas no Jalapão e verificando a eficiência da gestão que possui como objetivo a preservação ambiental e o atendimento à turistas através da prática do turismo. (PIRES, 2002).

Assim, o objetivo dessa pesquisa é verificar a viabilidade do ecoturismo em RPPNs como uma possibilidade de gestão eficiente para a preservação ambiental e promoção do desenvolvimento. Partindo deste objetivo, a próxima seção abrange os métodos adotados para alcançá-los. Já na sequência, as seções seguintes irão explorar a literatura acerca dos temas do ecoturismo em Unidades de Conservação, partindo desde uma descrição generalista das Unidades de Conservação (UCs),

passando por um detalhamento do cenário de UCs no Tocantins, até chegar a uma RPPN específica no Jalapão, escolhida como objeto deste estudo de caso.

As seções seguintes são dedicadas especialmente ao estudo de caso aqui proposto, considerando os diferentes aspectos da sustentabilidade: o desempenho da RPPN, bem como as ações realizadas pelo Proprietário e seu ponto de vista, a avaliação e a percepção do turista que visita o local e um ponto de vista ambiental, sendo este ponto de vista fundamentado por trabalhos realizados em RPPNs. A partir deste caminho investigativo, construiu-se uma análise pormenorizada, com base na literatura e nos dados coletados.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo de caso, que pode ser explicado como uma investigação empírica, onde o método de pesquisa compreende a coleta e análise de dados, com o objetivo principal de produzir conhecimento sobre um assunto específico, que neste trabalho é baseado sobretudo em levantamento de dados qualitativos e quantitativos primários sobre as práticas do ecoturismo na região da RPPN Catedral do Jalapão.

Para isso, foi realizado um questionário que foi aplicado a turistas que visitaram a propriedade através da internet. Apesar do questionário, em modelo apenas com perguntas fechadas relacionadas ao nível de satisfação com alguns aspectos do local, estrutura e atividades, ter sido aplicado em 2021, foi respondido por turistas que estiveram na Catedral do Jalapão em variados momentos.

A partir da análise dos dados resultantes da aplicação de 72 questionários, foi possível identificar o perfil do visitante, considerando atributos como idade, gênero, cidade de origem, e principalmente, a motivação para visita ao local e a opinião sobre a Catedral do Jalapão referente aos quesitos básicos atrelados a qualidade de um empreendimento turístico, tais como estrutura, atendimento, segurança, limpeza e ainda conservação ambiental.

Ainda, avaliação do local e da administração pelos visitantes da RPPN, bem como suas percepções sobre a preservação ambiental. Também foram consideradas informações fornecidas pelo proprietário da RPPN através de conversa informal realizada no momento da visita ao local, permitindo assim melhor entender suas compreensões quanto à relevância do ecoturismo para a gestão da RPPN, bem como

seus objetivos para o local. Ainda, foram consideradas literaturas especializadas para avaliação do impacto ambiental.

O estudo de caso envolveu também uma pesquisa de campo, composta por uma visita realizada à região em setembro de 2020, que inicialmente possuía apenas um objetivo turístico, mas após conhecer a região pessoalmente, e receber explicações e informações dos guias locais durante os passeios turísticos contratados, se tornou uma oportunidade de aprender mais sobre o local.

A visita à área resultou em registros fotográficos de própria autoria e uma observação participante, além de uma conversa informal com o proprietário e algumas conversas com os guias locais durante a semana de visita ao local. Importante ressaltar que as conversas não tiveram qualquer tipo de roteiro, partindo exclusivamente do interesse em conhecer mais sobre o local, em uma viagem que inicialmente seria apenas turística. Durante a visita foram identificados os atrativos turísticos e as atividades desenvolvidas na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs), com o foco na infraestrutura de apoio e turística já existente, bem como uma conversa informal com o proprietário da RPPN.

Tais informações foram compiladas através da quantidade de respostas fechadas recebidas (ótimo, bom, regular ou péssimo) para cada pergunta, assim, sendo possível a transformação em uma tabela e, posteriormente em um gráfico, para facilitar a visualização dos dados obtidos, de maneira a gerar informações mais claras e objetivas para a compreensão do cenário real a ser analisado, além de contribuir para a elaboração de uma sugestão ao problema aqui identificado.

3 CONCEITOS DE ECOTURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com a Lei 9.985 (BRASIL, 2000), uma Unidade de Conservação tem como objetivo preservar a natureza, estabelecendo como deve ser realizado seu manejo e buscando a utilização sustentável, a restauração ou a recuperação do ambiente natural. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são Unidades de Conservação do tipo uso Sustentável, criadas a partir da vontade do proprietário rural e possuem caráter perpétuo. (Brasil, 2000, p. 234).

A Lei 9.985 (BRASIL, 2000), também foi a responsável pela instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, também conhecido como SNUC.

Uma Unidade de Conservação (UC), de acordo com o SNUC, compreende o

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. [...] (Brasil, 2000, p. 234).

Dessa maneira, as Unidades de Conservação são ambientes delimitados que buscam, especialmente, a preservação ambiental. Elas são classificadas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o artigo 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instaura o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e estabelece alguns objetivos, conforme demonstrado nos trechos a seguir:

[...] objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais” e o “objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. [...] (Brasil, 2000 p. 234).

Conforme a Lei, as Unidades de Conservação de Proteção Integral se dividem em: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. E as Unidades de Conservação de Uso Sustentável se dividem em: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A criação de uma RPPN tem o objetivo de preservar parte do bioma local, criando um ponto de vista sobre as áreas protegidas, que cada vez mais ganha força em âmbito global. Isto é, ansiado por uma necessidade crescente de conservação da natureza e seus recursos, devido principalmente, ao estabelecimento de atividades econômicas variadas que exploram esses locais.

Além da vontade e/ou necessidade de contribuir para a preservação integral e do uso sustentável da sua propriedade, esses proprietários possuem alguns direitos a partir do momento que sua propriedade recebe o título de RPPN, sendo os principais: 1. isenção do ITR (imposto territorial rural) sobre a reserva; 2. prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA/MMA e ao crédito agrícola nas instituições oficiais; 3. orientação técnica e apoio para o manejo das áreas pelo IBAMA; 4. ganhos financeiros com a implantação de projetos de ecoturismo, de recreação e de educação ambiental; 5. contato frequente com órgãos de pesquisa científica; 6. proteção contra queimada, desmatamentos e caça; 7. apoio, cooperação

e respeito de instituições e de entidades ambientalistas. (BRITO; CÂMARA, 1998)

De acordo com a Lei 9.985 (BRASIL, 2000), em uma RPPN só será permitida a realização de pesquisas científicas e visitas se estas tiverem objetivos turísticos, recreativos e educacionais. O Ministério do Meio Ambiente considera visitação como “aproveitamento e a utilização da Unidade de Conserva o com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” e compreende “visitante” como aquele indivíduo que frequenta uma Unidade de Conserva o, conforme os objetivos próprios daquele local. Estes podem ser turistas, excursionistas ou comunidade local (BRASIL, 2006).

Conforme o decreto número 5.746, de 5 de abril de 2006, as RPPNs apenas serão criadas em áreas de posse e domínio privado pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conserva o da Natureza (SNUC), visto que, no âmbito federal, serão instituídas por meio de portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (BRASIL, 2006).

Assim, a visitação turística em Unidade de Conserva o deve ser planejada e controlada visando reduzir os impactos ao meio ambiente. A introdução do processo de desenvolvimento turístico no meio ambiente exige altera es comportamentais por quem administra e também por quem busca e realiza a atividade, de forma a resultar em um desenvolvimento da atividade turística em equilíbrio com o meio ambiente, de forma a conservar os recursos naturais essenciais para a sustentabilidade (FONSECA, 2018). De acordo com Silva:

[...] o turismo precisa constituir mais um aliado ao manejo sustentável das Unidades de Conserva o, reconhecendo que não cabe a um organismo ou institui o toda a responsabilidade de bem gerir a  rea. Pelo contrário, todos os que influenciam e dependem da UC, possuem papel de destaque para mitigar os impactos sobre o meio ambiente. Seja por suas condutas, seja pela presta o de serviços e informa es capazes de satisfazer a demanda e conscientizar da importância da preserva o e conserva o da natureza. [...]. (Silva, 2008, p.58).

Dessa forma, o desenvolvimento da atividade turística nas Unidades de Conserva o deve ser realizado de maneira responsável, reduzindo a degrada o ambiental, uma das razões para a implanta o dessas áreas protegidas.   fundamental dar ênfase a essa preocupa o, afinal, algumas vezes, ao invés de auxiliar a preserva o ambiental, os turistas acabam desencadeando impactos sociais e ambientais negativos nessas áreas, sem gerar recursos financeiros necessários para garantir o desenvolvimento sustentável desses espaços. Segundo o Ministério

de Meio Ambiente:

[...] O turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais. Por outro lado, o desafio consiste em fazer com que o turismo seja desenvolvido de maneira harmônica e integrada para que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade. A visitação em Unidades de Conservação também funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nestas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas [...]. (BRASIL, 2006, p. 10).

O turismo gera recursos financeiros para as Unidades de Conservação, o que é essencial para sua manutenção e gestão adequados, além de auxiliar para a preservação do ambiente através do custeio de pesquisas e ações específicas para a manutenção do meio ambiente. De acordo com o Centro para Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e com Medeiros (MEDEIROS, 2011), o turismo nos parques Nacionais presentes no Brasil tem potencial para gerar cerca de R\$ 2 bilhões todos os anos, de acordo com estimativas de fluxos de turistas no Brasil. Estas estimativas também são atribuídas às RPPNs.

A geração de renda pode ocorrer de diversas formas, dentre elas, a venda de ingressos, as taxas cobradas para a realização de atividades ou comercialização de produtos, como estacionamento, venda de alimentos e *souvenirs*. Desse modo, é possível constatar, do ponto de vista hipotético, que quando se desenvolve, organiza e se mantém uma boa administração e estrutura, a prática e desenvolvimento do ecoturismo, baseado nos seus principais pilares e nas regras de exploração das RPPNs, poderia ser a alternativa viável e rentável para manter uma Unidade de Conservação, e por consequência, para a comunidade local, que será positivamente impactada pela geração de emprego e de estruturas básicas na região. Segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo, o ecoturismo é uma categoria do denominado turismo da natureza, ou seja, aquele turismo desempenhado em contato direto com a natureza. A organização ainda destaca que a prática do ecoturismo é um passeio responsável por áreas naturais que preservam o meio ambiente, mantendo o bem-estar da comunidade local e que engloba tanto a interpretação quanto a educação (TIES, 2015).

Para o Ministério do Turismo, o ecoturismo é

[...] o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações [...]. (BRASIL, 2010, p. 17).

A área do ecoturismo é relativamente nova. As primeiras pesquisas realizadas no país sobre a temática aconteceram na década de 1980, surgindo como uma alternativa sustentável para o turismo tradicional desenvolvido em áreas de grande riqueza ambiental. Segundo o Ministério do Turismo, um dos princípios da modalidade é a conservação ambiental, que deve ser desenvolvida seguindo os parâmetros e princípios da sustentabilidade, alinhando ainda o envolvimento das comunidades no entorno dos locais onde a atividade é desenvolvida. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável tem o objetivo de integrar crescimento econômico, igualdade social e a preservação da natureza local. Tornando-se possível, dessa forma, garantir atendimento às necessidades das gerações futuras e, ao mesmo tempo, da geração atual. (BRASIL, 2007)

A prática do ecoturismo presume a aplicação sustentável e equilibrada dos recursos naturais disponíveis, integrando a natureza como os visitantes, de maneira que não impacte negativamente o meio ambiente. Neste panorama, compreende-se que o ecoturismo é uma atividade essencial para a administração das RPPNs. Dessa forma, o ecoturismo, quando estabelecido como instrumento para o desenvolvimento sustentável, incluindo as comunidades locais, pode viabilizar o equilíbrio entre inúmeros interesses, como a preservação dos recursos naturais, melhores condições de vida da população local e o usufruto do lazer a partir da prática da atividade do turismo.

Dessa forma, o ecoturismo pode ser definido como um tipo de turismo desempenhado em ambientes onde a biodiversidade gera grande interesse das pessoas, que se tornam visitantes. Sua prática busca a sustentabilidade, preservando esses ambientes, assegurando, dessa forma, a qualidade da experiência para os visitantes e a continuação da prática da atividade. Essa característica é a que diferencia a prática do ecoturismo das demais modalidades do turismo praticado na natureza.

4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS

No Estado do Tocantins, de acordo com dados levantados pelo Governo Federal, atualmente há, em domínio estadual, três parques, nove áreas de proteção ambiental (APA) e um monumento natural. No domínio municipal são quatro áreas de proteção ambiental (APA), um parque e dois monumentos naturais, sendo um deles o Monumento Natural Serra de Natividade, criado no ano de 2018, último ano em que uma UC foi criada no âmbito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Além das unidades de conservação das esferas estadual e municipal, no território tocantinense existem também as unidades de conservação de domínio federal, regidas por instrumento próprio, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

De acordo com dados públicos do Ministério do Meio Ambiente e mudança do clima, quando somadas as UCs criadas no Estado do Tocantins, de domínio federal, estadual e municipal, há uma área protegida que totaliza 2.566.816,1169 ha ou, 9,24% da área total do Tocantins, pertencente ao grupo de Uso Sustentável (uso direto dos recursos naturais). Já as unidades de conservação do grupo de Proteção Integral (uso indireto dos recursos naturais) representam 5,78% do total, ou 1.605.846,9476 ha. Dessa forma, somados os dois grupos, as UCs abrangem 15,02% da área total do Tocantins, protegendo ambientes do bioma Cerrado e também ambientes de transição entre Cerrado e Amazônia, e o Cerrado e a Caatinga, totalizando 10,15% sob a égide do SEUC.

De acordo com o Projeto Corredor Ecológico, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a região do Jalapão tem a proteção de cinco Unidades de Conservação de proteção integral: A estação Ecológica (ESEC) Serra Geral do Tocantins, a Estação Ecológica do Rio Preto, o Monumento Natural (MN) Canyons e Corredeiras do Rio Sono, o Parque Estadual (PE) do Jalapão (Figura 1) e o Parque Nacional (PN) das Nascentes do Rio Parnaíba, configurando-se como o maior agrupamento de Unidades de Conservação de Proteção Integral de todo cerrado. A região ainda possui seis UCs de Uso Sustentável, que são as Áreas de Proteção Ambiental (APA) Serra da Tabatinga, do Jalapão e a do Rio Preto e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Fazenda Calixto e Mina d'água e a Catedral do Jalapão. Estas áreas protegidas totalizam cerca de 3.280.045 hectares e

representam uma enorme importância para a proteção da biodiversidade brasileira e global, considerando o alto grau de fragmentação do Cerrado, que é o bioma brasileiro que mais sofreu com a ocupação humana, e onde a maior parte das áreas protegidas deste bioma são menores do que 50.000 hectares. (BRASIL, 2013).

Figura 1: Parque Estadual do Jalapão



Reprodução: Arquivo próprio.

O Jalapão é, atualmente, a maior área protegida do Bioma Cerrado, com Unidades de Conservação desde o Estado da Bahia até o Estado do Tocantins. Esta área recebeu a denominação de Mosaico do Jalapão, através da Portaria nº 434 publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 189, no dia 30/09/2016 (BRASIL, 2016), englobando o Parque Estadual do Jalapão (Figura 2), a Área de Proteção Ambiental do Jalapão e o nosso objeto de estudo, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão.

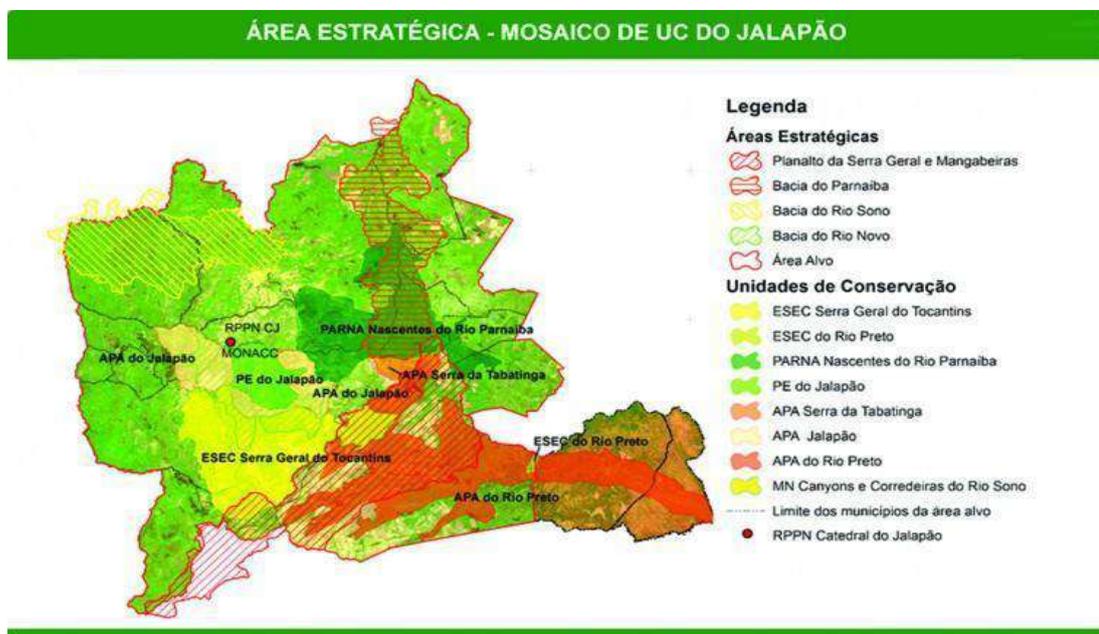
Figura 2: Parque Estadual do Jalapão.



Reprodução: Arquivo próprio.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) o Mosaico de Unidades de Conservação é um exemplo de administração de áreas protegidas que englobam unidades próximas, justas ou sobrepostas, pertinentes a distintas esferas governamentais ou particulares, que se empenham, participam, interagem e se envolvem com os gestores das unidades e da comunidade local, com o propósito de compatibilizar regionalmente a valorização da biodiversidade e da diversidade social e o desenvolvimento sustentável, como é possível observar o mapa da figura 3 (BRASIL, 2013).

Figura 3: Área do Mosaico do Jalapão



Mapa da Área estratégica do Mosaico Jalapão, reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente - Foto: Governo do Tocantins

Reprodução: <https://www.to.gov.br/noticias/mosaico-jalapao-e-reconhecido-pelo-ministerio-do-meio-ambiente/r87vusi3jn>

Das Unidades de Conservação integrantes do Mosaico do Jalapão, três são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba; Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga. Duas Unidades estão sob administração do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema): Estação Ecológica do Rio Preto e Área de Proteção Ambiental do Rio Preto. O Instituto Natureza de Tocantins (Naturatins) é responsável pelo Parque Estadual do Jalapão e pela Área de Proteção Ambiental do Jalapão. Além dessas UCs, há uma unidade que está sob a gestão do município de São Félix, que é o Monumento Natural dos Canyons e Corredeiras do Rio Sono, e uma outra UC, mas essa sob a

administração privada, que é a Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão (BRASIL, 2013).

Segundo o Sistema Informatizado de Monitoria de RPPNs da ICMBio (2023), há 13 Reservas Particulares de Patrimônio Natural do Estado do Tocantins, que englobam uma área de exatos 5.959.26 hectares, colocando o Estado na 13ª posição do ranking nacional, junto com o Maranhão, por área preenchida por este tipo de reserva. Estas RPPNs estão distribuídas pelos municípios de Palmas, Pium, Lagoa da Confusão, Abreulândia, Almas, Dianópolis, São Félix do Tocantins e Aurora do Tocantins .

5 A GESTÃO DO ECOTURISMO NA RPPN CATEDRAL DO JALAPÃO A PARTIR DO PONTO DE VISTA DO PROPRIETÁRIO DA RPPN

Foi instaurada a Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão ao leste do estado do Tocantins. A imponente formação rochosa (Figura 4) se assemelha à fachada de uma catedral religiosa, o que serviu de inspiração para a criação do nome da RPPN, bem como do monumento, ecoturismo e pesquisa: Fazenda Ecológica Catedral do Jalapão, que é o objeto de estudo dessa pesquisa.

Figura 4: Monumento da Serra da Catedral



Reprodução: Arquivo próprio.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão está localizada no município de São Félix, região do Jalapão, sendo uma Unidade de Conservação classificada como de Uso Sustentável, prevista na Lei 9.985 (BRASIL, 2000), privada e perpétua, possuindo como objetivo principal preservar a diversidade biológica. Esta

RPPN foi criada a partir da assinatura do termo de compromisso juntamente com o órgão ambiental, que examina a existência do interesse público e averba à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.

A área de toda a RPPN engloba cerca de 325.65 hectares. Segundo o proprietário da RPPN, a fundação da RPPN resulta de um projeto pessoal do proprietário, um geógrafo que almeja deixar um legado na área ambiental, orientado por sua formação acadêmica e por valores pessoais assimilados no decorrer da sua trajetória profissional no campo do meio ambiente. Durante seu primeiro contato profissional com a região do Jalapão, o proprietário observou que o local era apropriado para o desenvolvimento de pesquisas e projetos de conservação. Assim, no ano de 2005, iniciou seu trabalho no Parque Estadual do Jalapão, o que despertou nele o desejo de encontrar uma área onde caberia a criação do seu laboratório de pesquisa.

De acordo com o proprietário, o mesmo desempenhou inúmeras pesquisas e estudos enquanto professor da Universidade Federal do Tocantins, quando adquiriu o imóvel Fazenda Ecológica Catedral do Jalapão, com 1,060 hectares, onde enxergou a possibilidade de transformar uma parte da área em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, introduzindo a prática do ecoturismo à preservação do local. Assim, já desde 2008, a Catedral do Jalapão possui uma área protegida de caça e de queimadas. Posteriormente, em 27 de julho de 2010, através da portaria número 58, a propriedade recebe o título de RPPN via Ministério do Meio Ambiente e ICMBio. Porém, somente em novembro de 2014, iniciou-se a operação comercial e a atividade ecoturística por meio do Jalapão Ecolodge, um empreendimento hoteleiro e turístico situado na propriedade, fora dos limites determinados da RPPN e que possui sua construção, desenvolvimento e suas atividades baseadas no ecoturismo. (FONSECA, 2018).

De acordo com as informações públicas do empreendimento, o Jalapão Ecolodge possui como objetivo a preservação ambiental e o ecoturismo ao mesmo tempo em que oferta serviços turísticos que propiciam o contato e a integração do viajante com a natureza.

De acordo com Nelson e Pereira (2004), a terminologia lodge é utilizada para descrever negócios hoteleiros que estejam situados em áreas de grande beleza natural, como é o caso do Jalapão. Sendo ainda mais específico, e segundo Nelson e Pereira (2004), quando associamos a terminologia “eco” à “lodge”, temos os

Ecolodges, que pode ser descrita como os hotéis que além de estarem em locais de belezas naturais, realizam atividades e baseiam suas administrações nos princípios do ecoturismo. Nelson e Pereira (2004) destacam ainda que os ecolodges, enquanto instrumentos ecoturísticos, necessitam ser projetados conforme as determinações da arquitetura sustentável. Seus projetos necessitam desempenhar conciliação com um método de vida menos consumista, porém, confortável, com a proteção dos recursos, determinando que o desenvolvimento e a preservação devem estar unidos, ou seja, as construções devem estar harmoniosamente mescladas com a paisagem natural. O Jalapão Ecolodge foi construído utilizando princípios da bioarquitetura, e oferece, além da hospedagem, atividades e passeios turísticos com impacto mínimo ao meio ambiente e que são planejados por condutores locais. Toda a energia utilizada pelo empreendimento é captada pela energia solar.

Existem alguns motivos para a criação de uma RPPN pelos proprietários, entre elas, o principal objetivo é a conservação ambiental, que também foi considerada pelo proprietário da RPPN Catedral do Jalapão como principal impulsionador. Apesar da Conservação ser o principal motivo, não é o único, há outras motivações que corroboram a implantação de atividade de ecoturismo, como para geração de renda, isenção de ITR e por último, ajuda financeira e/ou ajuda técnica e capacitada de Organizações Governamentais e Organizações Não Governamentais, de acordo com o proprietário da RPPN Catedral do Jalapão.

Segundo o proprietário, a principal característica do local que justificou o interesse quanto à conservação do ecossistema local é o monumento da Serra da Catedral, que possui uma beleza única com formato diferente de todos já vistos por ele, e que hoje também é considerado um ponto de interesse para quem visita o Jalapão, sendo considerado em diversos roteiros.

Para o proprietário, a proteção das espécies ameaçadas de extinção e do ecossistema local se configuram como metas de realização pessoal, na qualidade de uma pessoa graduada na área e com total admiração pelo local e ao que ele oferece. Outro aspecto citado foi a conscientização da população sobre o bioma local e a preservação ambiental através do desenvolvimento do ecoturismo, além de proporcionar o local para a realização de pesquisas científicas.

[...] Em resposta à popularidade crescente ao ecoturismo, os administradores de áreas protegidas precisam avaliar que nível de turismo é melhor para cada área, para então arquitetar uma estratégia que atinja o nível desejado. A

estratégia deverá guiar o desenvolvimento e a gestão do ecoturismo a fim de assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, de criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda para a área protegida e para as comunidades próximas, e de oferecer educação ambiental aos visitantes [...]. (LINDBERG; HAWKINS, 1995, p.37).

O conceito de gestão/administração tem início com as ideias clássicas de Henri Fayol, e está diretamente atrelada às problemáticas envolvendo a definição de objetivos que podem ser quantificados em metas durante um período e a disposição e organização de recursos e empenho de esforços para alcançá-los (Flores, 2009).

Existem diversas ferramentas para auxiliar e facilitar a gestão das UCs, sendo o plano de manejo a ferramenta essencial. Para o proprietário da RPPN Catedral do Jalapão, embora ainda não exista um plano de manejo definido, o plano de manejo da RPPN deverá ser aprovado pelo IBAMA, de acordo com o decreto número 5.746 (BRASIL, 2006).

Além do plano de manejo, há diversos mecanismos que auxiliam na gestão de UCs, que são utilizados com o objetivo de descobrir se as UCs cumprem realmente com o objetivo que ocasionou a sua criação (MMA, 2007). Existem sete grandes áreas que precisam ser avaliadas e repensadas de acordo com ações ambientais nos serviços de hospitalidade, independentemente do tamanho do empreendimento: alimentação, água de abastecimento, água residuária de emissões, energia, resíduos sólidos, educação ambiental, fornecedores e terceirizados e aspectos de mercado (Gonçalves, 2004); (Molina, 2001). Dentre as formas de se repensar e adotar a gestão ambiental dentro do turismo, podem ser elencadas as seguintes ações: reciclagem de materiais; reaproveitamento dos resíduos internamente; utilização de tecnologia limpa e incentivos para que os consumidores se conscientizem sobre a necessidade de preservação ambiental.

A administração da RPPN tem seus ideais estabelecidos em uma perspectiva conservacionista, que associada ao desenvolvimento da educação ambiental e do ecoturismo, visa atuar de forma a gerar o menor impacto possível, com novas práticas integrantes no manejo, embasado pelos princípios da sustentabilidade ambiental, dos recursos naturais e da propriedade. Alguns exemplos de práticas encontradas nesse sentido foram a divisão e destinação de resíduos sólidos, criação de horta orgânica e a execução de práticas da bioconstrução como soluções arquitetônicas que proporcionam a economia de energia. (FONSECA, 2018).

Entre os principais motivos que influenciaram o proprietário na decisão de criar uma RPPN, está a proteção das espécies ameaçadas, a proteção de uma amostra representativa do ecossistema regional e a conexão com o Parque Estadual do Jalapão, assegurando os cursos d'água.

O proprietário considera de suma importância a relevância ecológica da localização da RPPN, visto que a RPPN Catedral do Jalapão, integra o Mosaico de Unidades de Conservação do Jalapão, além de desempenhar importante função na manutenção do equilíbrio ecológico de mananciais e de uma amostra significativa do bioma Cerrado e proporcionar a conexão entre os ambientes por intermédio do Corredor Ecológico da Região do Jalapão.

De acordo com informações fornecidas pelo proprietário e por Fonseca (2018), toda energia utilizada na Catedral do Jalapão é captada por meio de energia solar e todo trabalho aplicado durante a construção do complexo foi através da mão de obra local, utilizando matéria prima disponível na região.

A visitação é permitida ao local com o intuito de realizar educação ambiental e ecoturismo no espaço da RPPN, desde que observadas as normas do ambiente, que estão alinhadas com a Legislação da SNUC (BRASIL, 2006). Outro ponto essencial é a criação da RPPN de modo a enfatizar ainda mais a responsabilidade socioambiental, que é um dos objetivos do proprietário, e desempenhar a prática do ecoturismo, almejado desde 2014 com a criação do Jalapão Ecolodge.

A responsabilidade socioambiental é uma prerrogativa da RPPN, já que para sua criação, o proprietário, bem como qualquer interessado em criar uma RPPN, precisa entregar documentação que comprove a conservação da área durante sua administração, através de relatórios que devem ser enviados sempre que solicitado pelos Órgãos reguladores responsáveis pela instituição da reserva, segundo a Cartilha sobre RPPNs. No caso da RPPN Catedral do Jalapão, a reserva fica sob a regulação e administração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Segundo a mesma cartilha, o proprietário de uma RPPN ainda se compromete a zelar pela correta manutenção ambiental da propriedade, além de manter todos os atributos ambientais e adotar ações com o objetivo de preservar o bioma local. (IPE, 2022)

De acordo com Fonseca (2018), o proprietário almejava que fossem realizadas mais pesquisas sobre a temática ecologia das espécies, estudos de preservação de espécies endêmicas ou especiais que se apresentam mais vulneráveis, mas com

tamanho dificuldade em que se encontra o setor de pesquisa das universidades do ponto de vista de recursos o nível de demanda não seria possível ser alcançado.

Além das dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas, os proprietários também enfrentam diversas dificuldades desde a implementação das RPPNs, mesma realidade vivida pelo proprietário da RPPN Catedral do Jalapão. Entre as dificuldades, está principalmente a falta de apoio do governo, mas também há a falta de recursos financeiros, demora e excesso de burocracia no processo para a vistoria técnica, além dos elevados custos com o georreferenciamento.

6 A AVALIAÇÃO DA RPPN E DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO PONTO DE VISTA DO VISITANTE

De acordo com dados divulgados pelo Observatório do Turismo do Estado do Tocantins, cerca de 105 mil pessoas visitaram a área do Jalapão nos anos de 2021 e 2022 (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2022), um recorde recorrente de visitação desde 2014, o que demonstra que a região tem sido cada vez mais procurada como destino de diversas pessoas. Para fazer uma avaliação do ponto de vista do visitante, foi aplicado um questionário a 72 pessoas que visitaram o complexo, com o objetivo de compreender a qualidade dos serviços ofertados, sob o ponto de vista do cliente/visitante e o que levou a buscar essa região como destino e/ou atrativo. Dessa forma, é possível mensurar o nível de satisfação desse visitante com relação aos serviços prestados, bem como a qualidade da estrutura e do atendimento, permitindo realizar um paralelo direto com a eficiência da administração desempenhada na RPPN, enquanto um atrativo turístico, bem como uma unidade de conservação ambiental.

Dos 72 visitantes que participaram da pesquisa, 64% eram mulheres e 36% eram homens. Mais de 50% dos visitantes são da região sudeste do País e os demais originários de diversos estados nas regiões Sul, Centro Oeste e Nordeste, além do Distrito Federal. Com relação à idade, 41% dos visitantes possuíam de 26 até 35 anos, 26% de 18 a 25 anos, 21% de 36 a 50 anos e o restante possuía idade superior a 51 anos.

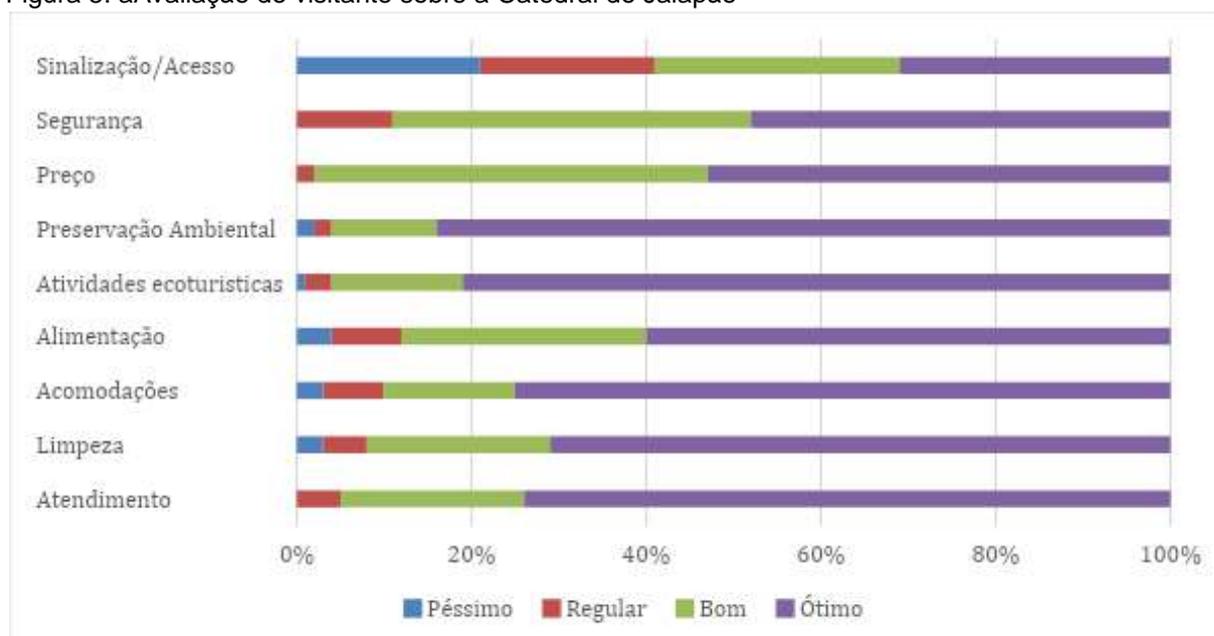
Estes dados demonstram que cerca de 65% responderam que a maior motivação para fazerem a visita ao local seria para realizarem atividades e aproveitar o contato com a natureza, 25% buscavam conhecer e explorar novos destinos e 10%

afirmaram ser por outros motivos.

A qualidade da gestão da RPPN pode ser observada também através da alta taxa de manifestação do interesse em retornar ao lugar e/ou buscar novos lugares com estrutura e atividades similares, além da possível indicação do local a outras pessoas, tendo em vista que 51% das pessoas chegaram até a propriedade após serem influenciados por comentários de pessoas que estiveram na propriedade anteriormente, 32% obtiveram informações pela internet ou por agências de viagens e os demais 17% foram por outros motivos. De acordo com os resultados obtidos, também é possível observar que a RPPN obtém pouco resultado através dos principais meios de comunicação do ponto de vista turístico, que são agências e profissionais do turismo e da internet. Isto pode estar diretamente atrelado ao fato da RPPN e do Ecolodge não possuírem forte presença nos sites de busca e nas redes sociais, dificultando o acesso à informação por possíveis visitantes interessados.

A figura 5 sintetiza os principais itens relacionados à experiência do turista, estrutura e atendimento ao cliente que foram avaliados pelos visitantes, bem como seus percentuais em uma escala de 100%, de acordo com as respostas. Em uma primeira análise, podemos notar que as opções “ótimo” e “bom” representam grande parte das avaliações coletadas.

Figura 5: aAvaliação do visitante sobre a Catedral do Jalapão



Fonte: Elaboração própria

Os visitantes também foram questionados sobre seu conhecimento a respeito

da importância da preservação ambiental, sobre o fato do local ser uma RPPN e sobre as implicações desse título. Cerca de 57% dos visitantes não sabiam que a Catedral do Jalapão era uma RPPN, e nem sobre o que significa uma RPPN, e essa ausência de conhecimento pode fazer com que os visitantes desempenhem atos prejudiciais ou que danifiquem o ambiente natural da RPPN, ou até mesmo outros ambientes por onde estiverem. Tal possibilidade é preocupante do ponto de vista da conservação ambiental. Contudo, durante a visita, os turistas têm a oportunidade de se educarem ambientalmente. Isto estaria de acordo com as expectativas dos próprios turistas, principalmente porque cerca de 93% dos entrevistados acreditam ser de suma importância a preservação da natureza para manutenção do planeta, bem como dos recursos necessários à vida humana.

Entre os itens mais bem avaliados estão a “preservação ambiental”, “atividades ecoturísticas” e o “atendimento”, que foram os três quesitos mais bem avaliados pelos viajantes. Esse resultado corrobora com o que é esperado dos atrativos naturais, principalmente atrativos que possuem hospedagem. Por isso, a preservação do local de forma contínua e abrangente é de grande importância para a perpetuação da atividade turística na região, a fim de evitar o esgotamento do atrativo turístico, bem como do bioma local.

A figura 5 ainda demonstra que houve maiores variações na avaliação dos quesitos “segurança”, “sinalização/acesso” e “alimentação” oferecida. 48% dos visitantes que responderam ao questionário classificaram a segurança do empreendimento como ótima, enquanto 41% consideram boa e apenas 11% regular. Somente 31% consideraram o acesso/sinalização ótimo, e 21% consideram “péssimo”. Tal resultado pode estar atrelado ao estado precário das estradas do Jalapão, feitas de areia fofa que demanda veículos 4x4, que precisam ser contratados pelos visitantes para a realização do trajeto, como é possível observar nas figuras 6 e 7 abaixo.

Figura 6: Acesso à Catedral do Jalapão



Reprodução: Arquivo próprio.

Figura 7: Estradas de acesso ao Jalapão



Reprodução: Arquivo próprio.

Pode-se afirmar que a administração da Catedral do Jalapão está sendo bem desenvolvida e alcançando resultados satisfatórios do ponto de vista dos viajantes que visitam o local, se hospedam e realizam as atividades na propriedade, porque, de acordo com o proprietário da RPPN, além de possuírem planos para expansão e constante melhoria dos serviços prestados, cerca de 73% dos entrevistados afirmam que voltariam a visitar e/ou se hospedar no local e 78% recomendam a visita a amigos e familiares.

7 IMPACTO DA CRIAÇÃO DE UMA RPPN E O DESENVOLVIMENTO DE ECOTURISMO PARA ECOSSISTEMA LOCAL

Barbieri explica o conceito de sustentável:

[...] Sustentável significa o que pode ou deve se sustentar, sendo que o verbo sustentar é transitivo direto, o que remete à pergunta: sustentar o quê? (...) Em relação a uma organização, pode-se, por exemplo, atribuir ao termo sustentável o significado de manter a sua capacidade de sobrevivência, continuar atuando no seu ramo de negócio, ou conseguir continuamente os recursos de que necessita para continuar existindo e crescendo. [...]. Barbieri (Barbieri, 2004, p.18).

Desta forma, propõem-se uma exploração responsável, organizada e alinhada com os objetivos sustentáveis, para que não se coloque em risco os sistemas naturais que garantem a sobrevivência no planeta. Este posicionamento aponta para o crescimento e o desenvolvimento, porém com uma proposta de reflexão sobre um conceito de desenvolvimento sustentável que seja efetivamente um processo de transformação.

De acordo com Mesquita (2001), essas áreas protegidas em terreno particular vêm se mostrando uma importante ferramenta complementar às ações dos órgãos públicos para proteger a biodiversidade. Nesse sentido, porém, é imprescindível que as RPPNs cumpram efetivamente com o seu objetivo pela qual foi criada, sabendo, pelo exposto também nos capítulos anteriores, que para alcançar esse objetivo é necessária uma gestão eficiente do local.

Nesse sentido, as RPPNs possuem altos índices atrelados a conservação e proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos e podem ser criadas facilmente, quando comparadas às outras categorias de UC, além de desenvolver atividades de ecoturismo e promover a conscientização ambiental, que são alguns dos objetivos que justificam a criação dessas reservas.

De acordo com Mittermeier et al. (2005), as RPPNs, em comparação com as unidades de conservação federais ou estaduais, possuem maior índice de preservação ambiental, e a criação das RPPN significou um avanço importante para a conservação da natureza, porque estimulou e permitiu a criação voluntária de diversas áreas de proteção em todo o território brasileiro por qualquer cidadão que possui uma área que se enquadre nos requisitos.

Apesar do estímulo para a criação de RPPNs, não são oferecidos grandes incentivos pelo Governo para a criação e nem para a conservação da área protegida, não havendo qualquer programa ou projeto de entidades públicas ou privadas destinado ao suporte e auxílio a essa modalidade de UCs. Essa falta de apoio e investimentos pode colocar em risco o objetivo principal das RPPN, a conservação e

manutenção do bioma local, se tornando grandes empecilhos para a efetiva proteção ambiental e desenvolvimento da RPPN.

Outros problemas enfrentados por parte das RPPN são a ausência de um Plano de Manejo do local, e a ausência de conhecimento, estrutura e treinamento para utilização correta da RPPN para o desenvolvimento de atividades com finalidade turística, para geração de renda e pesquisa científica, para geração de conhecimento específico sobre a área. Tais atividades são ressaltadas pela relevância da relação entre o ser humano e o meio ambiente como estratégia para a conservação do meio ambiente.

Nesse sentido, a RPPN Catedral do Jalapão possui uma forte administração sustentável, atuando em diversos segmentos, como a hospedagem através do Ecnolodge e atividades turísticas guiadas por guias locais capacitados na RPPN. Essas atividades são fundamentais para destacar a administração da RPPN, que consegue gerar renda satisfatória, segundo o proprietário, para manter as atividades em operação e ainda conseguir investir para efetiva conservação do local e na expansão do próprio negócio.

Além da renda própria gerada, com parte utilizada para a preservação do bioma local, a RPPN Catedral do Jalapão atua, através das atividades de ecoturismo realizadas na propriedade, com a Percepção Ambiental como mais uma forma de garantir uma conscientização e preservação ambiental, que pode ser definida como,

[...] uma tomada de consciência e a compreensão pelo homem do ambiente no sentido mais amplo, envolvendo bem mais que uma percepção sensorial individual, como a visão ou audição. [...] (WHYTE, 1978, Notas técnicas 5).

Segundo Whyte (1978), um dos principais objetivos da Percepção Ambiental (PA) é contribuir para a efetiva preservação ambiental através da correta gestão dos recursos naturais disponíveis. Nesse sentido, o estudo da PA tem sido indicado e cada vez mais utilizado para pesquisas que tratam ou tenham como objeto de estudo a relação e interação entre o homem e a natureza, com o objetivo de identificar formas mais equilibradas e racionais para a utilização dos recursos naturais, e por consequência, embasar ações humanas para maior conservação da natureza.

Além de possuir uma incomparável beleza cênica, esta RPPN possui uma fauna local muito rica, onde é possível encontrar diversas espécies características do bioma local, como o Lobo Guará, Veado-campeiro e dezenas de aves. Estima-se que

apenas esta RPPN abriga cerca de 50% de todas as aves encontradas na região do Jalapão, sendo elas Araras, Papagaios e Beija-Flores, segundo estudos citados pelo proprietário.

Além da grande variedade da fauna que pode ser avistada no local, a RPPN possui ainda um monitoramento especial durante o desempenho das atividades de ecoturismo realizadas para manter o controle dos impactos gerados pela visitação com o objetivo de minimizar efeitos negativos, e por consequência, maximizar efeitos positivos gerados pela interação homem-natureza, de acordo com o proprietário da RPPN. Dentre outras ações, isso inclui o monitoramento dos resíduos sólidos nas instalações de apoio e nas trilhas.

O ecoturismo depende dessa disposição dos proprietários em percorrer suas áreas naturais, conhecer e observar a dinâmica da floresta, para que dessa forma, seja possível a realização correta do ecoturismo, que passa a não representar apenas uma fonte de renda para o proprietário, mas sim uma oportunidade efetiva de apresentar às pessoas porque a preservação das florestas é vital, fazendo assim com que a propriedade cumpra, de fato, seu objetivo principal.

O termo ecodesenvolvimento foi usado pela primeira vez por Maurice Strong em 1973, (CASASOLA, 2003), e pode ser definido como um estilo de desenvolvimento que tem o objetivo de buscar na cada região soluções específicas para problemas encontrados em cada uma delas, considerando desde o ambiente natural até a cultura local, além de atender às necessidades mais urgentes de forma imediata e as que podem ser tratadas no longo prazo, dessa forma encontrando os meios de integrar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização adequada do local.

Dessa forma, a atuação em prol da natureza e do desenvolvimento da qualidade de vida realizada pelas RPPNs possui vital importância, porque através do desenvolvimento de atividades de forma consciente é possível a promoção e preservação do bioma local. E isso pode envolver tanto a comunidade local quanto os visitantes, que podem ter uma chance única de conhecer e conviver com os recursos naturais oferecidos pela RPPN, além de preservá-los. Esses destacam-se como os verdadeiros princípios do desenvolvimento sustentável real, pois conseguem interligar todas as funções, desde a conscientização e educação ambiental, até ações integradas e planejadas para obter do meio o que ele pode oferecer sem causar grandes danos e riscos para a natureza.

8 CONCLUSÃO

Atualmente, as RPPNs representam um compromisso, assumido pelo proprietário, de estimular a conscientização da população sobre a importância de se preservar e conservar o meio ambiente. A efetivação desse compromisso através do ecoturismo e da educação ambiental é um ganho importante em um contexto onde tal conscientização nem sempre está presente e/ou é estimulada na gestão de áreas naturais privadas, já que a grande maioria prioriza o ganho financeiro em detrimento da preservação ambiental.

De acordo com Brito e Câmara, a maioria das áreas com o bioma em melhor estado de conservação são, atualmente, propriedades particulares. Porém, é importante lembrar que, para assim permanecer, é necessário promover a conscientização ambiental das pessoas e estimular o desenvolvimento sustentável, com participação fundamental tanto do proprietário quanto dos demais envolvidos em atividades nestas áreas. E, para tanto, é importante planejar e gerenciar todas as atividades relativas ao ecoturismo. (BRITO e CÂMARA, 1998).

A decisão de criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural pode ser apontada como uma combinação perfeita entre a necessidade de exploração de um determinado local como fonte de renda e a necessidade de preservação do mesmo local, para que seja uma fonte de renda inesgotável, gerando assim uma exploração sustentável e com impacto reduzido para a natureza, auxiliando na manutenção dos ecossistemas.

Nesse cenário foi possível perceber a relevância e a efetividade das ações que estão sendo desempenhadas pelo proprietário da RPPN Catedral do Jalapão, com a prática do ecoturismo baseada em práticas mais sustentáveis que respeitam os ecossistemas locais e a manutenção de um ambiente mais equilibrado. Constatou-se que há no mesmo local um alto índice de preservação do bioma original aliado a atividades turísticas, que possuem o objetivo de ser um atrativo para o viajante ao mesmo tempo que são fonte de educação e conscientização ambiental. Foram levantadas as principais razões para a criação da RPPN, que abrangem desde a proteção de espécies ameaçadas, a satisfação pessoal do proprietário e a proteção do ecossistema regional e a relevância ecológica da localização da RPPN.

Essa pesquisa constatou que a proposta da Reserva Particular do Patrimônio Natural da Catedral do Jalapão cumpre seu papel na preservação ambiental e está

continuamente atingindo seus objetivos. Isto envolve tanto a construção e organização de sua estrutura, conforme as premissas arquitetônicas sustentáveis, os espaços planejados e com as atividades que são desempenhadas na propriedade, em concordância com o ecoturismo e com o empenho na promoção da preservação e manutenção ecológica de toda a região.

Quanto à prática do ecoturismo, foi possível notar que os visitantes realizam inúmeras atividades na Catedral do Jalapão, como trilhas, observação da vida silvestre e de plantas, além de boiacross. O retorno positivo da estadia dos turistas foi constatado na pesquisa, onde estes demonstraram grande aprovação pelo serviço desempenhado pelo empreendimento.

A RPPN Catedral do Jalapão desempenha efetivamente a função na manutenção do equilíbrio ecológico de mananciais e de uma amostra significativa do Cerrado. Como integrante do Mosaico de Unidades de Conservação do Jalapão e do Corredor Ecológico do Jalapão, esta área conecta os habitats regionais, promovendo a conservação saudável de populações de algumas espécies silvestres, principalmente espécies ameaçadas de extinção, como a onça pintada e o lobo guará. A RPPN demonstra ainda que é possível o desenvolvimento do ecoturismo de forma economicamente viável e sustentável, desde que realizado com planejamento e boa administração.

E ainda, de forma indireta, o fomento do turismo combinado com a preservação local pode também impactar positivamente na comunidade local, que parece sem estrutura, presença do Estado ou entidades sem fins lucrativos.

Com a conseqüente expansão do turismo na região, também há a injeção de capital e crescimento do interesse público e privado no local, conforme já ocorrido em demais locais similares no Brasil e no mundo, como na região de Bonito, no Mato Grosso do Sul, e do Grand Canyon, nos EUA. Tal crescimento é capaz de gerar empregos e incrementar a infraestrutura local, tanto para o visitante, quanto principalmente para a comunidade, garantindo mais dignidade e qualidade de vida para essas pessoas. E essa melhoria de qualidade de vida só seria possível, para aquele local, através do Ecoturismo, de seu desenvolvimento e manutenção, pois assim se garante a preservação da biodiversidade, portanto, a manutenção da fonte de renda local.

Dessa forma, a criação de RPPNs em áreas com grande diversidade biológica se configura como uma rápida e eficiente estratégia para a conservação dos biomas

em todo território nacional, porque conseguem contribuir para uma ampliação rápida das áreas com necessidade de proteção, além de juntas se configurarem como uma proteção ao redor de parques e reservas de áreas públicas, constituindo os corredores ecológicos. Isso ocorre na área do Jalapão.

Além do grande potencial de conservação dos biomas no quesito tamanho da área protegida, as RPPNs possuem altos índices na relação custo/benefício, que pode estar diretamente atrelado aos benefícios concedidos pelo governo para proprietários donos de áreas convertidas em RPPNs. Por esse motivo, as RPPNs são uma forma dos proprietários contribuírem efetivamente para a preservação do meio ambiente, sem ter que deixar de desenvolver atividades econômicas consideradas sustentáveis para a geração de renda no local.

Dessa forma, o proprietário da RPPN pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, a partir de uma série de atividades que podem ser desenvolvidas em sua área, de forma planejada e estruturada, conservando e preservando o meio ambiente e podendo obter vantagem com a área, transformando-a em uma terra produtiva. Outro fator importante é que esta terra não poderá ser desapropriada para fins sociais, pois já cumpre sua função social através da proteção ambiental.

Sendo assim, apenas com a assiduidade e comprometimento do proprietário, atrelado ao conhecimento e aos recursos necessários, ao correto manejo dos recursos naturais e financeiros, alinhado a um objetivo e plano de manejo bem delineado, pode-se culminar em efetiva gestão ambiental das RPPNs.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. ICMBio. **Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão**. 2. ed., 2013a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BRASIL. ICMBio. **Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão: Subsídio para o Plano Estratégico Mosaico do Jalapão**. 2013b. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao>. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BRASIL. **Lei 5.746, de 5 de abril de 2006**. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BRASIL. MMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: MMA, 1994. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

BRASIL. MMA. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação – Áreas Protegidas**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/arquivos/livro.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2022.

BRASIL. MMA. **Pilares para a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação**. 2. ed. Série áreas protegidas do Brasil, 7. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao1612

201_0113443.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

BRASIL. MMA. **Portaria nº 434, de 29 de setembro de 2016: cria o Mosaico do Jalapão**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2016.

Disponível em:

http://www.lex.com.br/legis_27192386_PORTARIA_N_434_DE_29_DE_SETEMBRO_DE_2016.aspx. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

BRASIL. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade**. Ministério do Turismo. Brasília, 2007.

BRITO, F.; CÂMARA, J. **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.

CEGANA, A.C.; TAKAHASHI L.Y. **Situação atual do planejamento e uso público das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Estado do Paraná**. *Natureza & Conservação*, v. 3, n.1, p. 83-92, 2005.

FONSECA, J.M.A.A.; MELO, S.M.C. de; CARVALHO, W.G. **O Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO)**. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.11, n.1, fev/abr 2018, pp.09-31.

FLORES, Shana Sabbado; GRUBER, Nelson Sambaqui; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Gestão e conflitos em unidades de conservação: gestão estratégica e operacional para preservação ambiental**. *Para onde!?*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2009.

GONÇALVES, L. C. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004.

Governo do Estado do Tocantins, Secretaria do Turismo. **FLUXO TURÍSTICO DO JALAPÃO, 2022**. Disponível em:

<https://observatorio.turismo.to.gov.br/indicadores/fluxo-turistico-do-jalapao/>.

Acesso em: 27 de setembro de 2022.

IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Os Benefícios da RPPN para sua propriedade**. Cartilha da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Outubro de 2022. Disponível em: <https://ipe.org.br/noticias/ipe-lanca-cartilha-sobre-reservas-particulares-do-patrimonio-natural-rppns/>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H.B.; ARAÚJO, F.F.S. **Contribuição das Unidades de Conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A. B. DA; RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. **Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil**. Megadiversidade, n.1, v.1, 2005, p. 14-21.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

NELSON, S.P.; PEREIRA, M.É. (Orgs.). **Ecoturismo: práticas para turismo sustentável**. Manaus: Valer/Uninorte, 2004.

Parque do Jalapão tem recorde de visitação em ano de disputa política e concessão cancelada; entenda a polêmica. Jornal G1, Palmas, 14 de janeiro de 2022.

Tocantins. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/01/14/parque-do-jalapao-tem-recorde-de-visitacao-em-ano-de-disputa-politica-e-concessao-cancelada-entenda-a-polemica.ghtml>. Acesso em 22 de março de 2023.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SECAC, 2002.

SANTOS, I.E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 12. ed. rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

SILVA, D.L.B. **Turismo em Unidades de Conservação: Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2008. 206 f. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOARES, E.J.; ADORNO, L.F. **O sistema de gestão ambiental das RPPNs do Estado do Tocantins**. Anais. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, 2014. Disponível em: <http://www.agb.org.br/>. Acesso em 22 de março de 2023.

WHYTE, A. V. T. **La Perception de Environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain**. UNESCO/ Paris, (MAB Technical Notes 5), 1978.

WORLD WILDLIFE FUND – WWF. **Um guia para desenvolver seu plano de negócios. Como gerar renda com rppns e outras áreas de conservação**.

Brasília, DF, 2016. Disponível em:

https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/guia_rppns_impreso_17x23_5cm_pag_separadas_.pdf. Acesso em 22 de março de 2023.